

TERRITORIALIDADE DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL: RELAÇÕES DA SOCIEDADE COM O ESPAÇO EM SITUAÇÕES DE POBREZA E DE CONSTRUÇÃO DE VIDA ECONÔMICA E DE CONSCIÊNCIA

Álvaro Luiz Heidrich*
Orlando Albani de Carvalho**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata nossa reflexão sobre a relação existente entre o problema da exclusão social e o espaço. Não tratamos de discutir a questão em seu âmbito social ou cultural, senão apenas um pensamento em torno daquilo que se poderia reconhecer por uma certa territorialidade da questão. Dizemos “certa” territorialidade porque não tratamos especificamente da sua localização, mas da consideração de sua expressão em condição espacial.

Estamos vivendo um tempo de generalização da exclusão social. Isto ocorre não somente em termos reais, mas também em plano discursivo. Faz-se referência regular e cotidiana à exclusão, a amplitude e variação dessa situação. Muitas são as situações assim caracterizáveis. A concepção, em nosso ver, apresenta sentido polissêmico e não quer significar tão somente *segregação* ou *apartheid*, muito embora possa conte-los.

Compreender uma determinada situação como exclusão social, em termos rígidos, pressupõe considerar o caso de excluir o indivíduo da sociedade. Tal consideração transita tanto pela obviedade como pelo absurdo. Mas não tanto assim, se a reconhecermos como processo, como um “mecanismo de perda”. Que espécie de perda seria esta? Para responder, torna-se útil associar esta reflexão à concepção de sociedade como originária de um agrupamento abrangente de interesses¹, e de significações². Neste sentido, ela consiste na perda de sua participação na integração, de não ter participação nos interesses e necessidades da integração, nem tampouco do acolhimento a suas significações e valores. Em contraposição, é necessário reconhecer que a ocorrência do indivíduo na sociedade é predominantemente contingencial, sem grandes possibilidades de escolha.

Tendo esta reflexão como premissa, pode-se apontar diversos tipos-resultado e formas-processo da situação geral em questão, como: a perda de direitos e garantias sociais; a carência ou falta em termos de educação, saúde, moradia, etc.; a exclusão da possibilidade de realização do trabalho, das condições de reprodução da vida; e, até mesmo, a impossibilidade da manifestação e da exposição do pensamento no âmbito da integração.

Pelo exposto, a exclusão social refere-se a um contexto que não é único nem absoluto. Deve-se por isso aceitar a idéia de uma condição extrema: uma exclusão social plena. Assim, se o representante do homem, enquanto genérico, é a sua integração, a sua exclusão consiste, em suma, em inexistir em tal referência. Não obstante, o extremo ainda se apresenta como existência, como fato puramente existencial: o ser no espaço.

Começa a fazer sentido, então, a contextualização deste problema como algo relacionado ao espaço e ao território. Soa como falácia aceitar a exclusão um fato espacial, ao menos enquanto situação absoluta, não adjetivada pelas recriações que a humanidade impingiu-lhe. Não estar no espaço é não existir. E, se de alguma forma os processos de exclusão social induzem a sua ocorrência em termos absolutos, à morte; esta sim seria a exclusão plena. Torna-se plausível o pensamento que considera a ocorrência da exclusão social plena com a manutenção da existência, em condição de espaço.

A condição absoluta, entretanto, não é única. Não há somente espaço em condição original. Há nele recriações e o espaço social geral consiste na mais abrangente e significativa delas. Se, por espaço podemos compreendê-lo como uma prisão original³, enquanto social deve-se compreender o condicionamento daí resultante. Isto se traduz pelo seguinte: as recriações dão-se por desnaturalizações, pela gradativa libertação da humanidade daquelas condições absolutas.

Esta condição prévia, de pura existência, atua como imperativo, impõe-se como fato inexorável que a tudo domina. Desnaturalizar a relação com o espaço significa recriar aquilo que é diferença, relação,

* Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Professor no Departamento de Geografia Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Graduando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul

¹ No sentido proposto por Max Weber, em que a motivação para a sua formação esteja apoiada por uma racionalidade, seja por objetivação final, seja pela aceitação de valores (1964, pp. 20-21 e 33).

² No sentido proposto por Agnes Heller, de que os valores do indivíduo constituem expressões humano-genéricas pelas integrações, de que estão ligados à explicitação da existência humana (1970, pp. 8 e 21).

³ Cf. Raffestin, 1993, p. 144.

distância, falta, extensão, entre tantas outras condições. Resulta, assim, em sujeição do humano a sua própria criação.

A primeira ação que transforma a condição original em relativa, consiste na apropriação humana das condições naturais da existência. Trata-se, verdadeiramente, da *humanização* do espaço: pela criação do território. Embora esta humanização não elimine a ocorrência absoluta e natural, significa impor um domínio sobre imperativos como extensividade, contigüidade, coexistência, entre outros⁴.

Embora as noções clássicas de território retenham o sentido de extensão⁵ e de delimitação de lugares, especialmente do espaço das instituições políticas, outros dois significados não usuais são de pertinência a esta discussão: o sentido de âmbito geográfico da integração economia-política-cultura⁶ e como produto da relação do(s) sujeito(s) com o espaço que termina por definir-lhe uma adequação, uma diferença dada pelo uso cotidiano, pela cultura, por algo que separa⁷.

A apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que embora não tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta.

Vínculos com o território se fazem por esse intermédio, por aquilo que se consegue realizar externamente, no espaço que é por onde cada um pode relacionar-se com o outro. São vínculos com os quais a humanidade se desnaturaliza, criando o espaço humanizado - o território e as formações sócio-espaciais⁸. Apontamos aqui formas genéricas que os mesmos podem assumir. Elas seriam expressões das relações do humano com a vida, com a sociedade e com a natureza. A condição humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se e realizar a transformação e ter a consciência disto. Henri Lefebvre e David Harvey consideram esta reflexão. Ela está associada a práticas e representações sociais⁹. Tal qual as amplas referências das integrações sociais, tais vínculos consistem fundamentalmente em três expressões: apropriação, valorização e consciência. A apropriação do espaço consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e de adequação. A valorização do espaço¹⁰, na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A imaginação do espaço refere-se a uma consciência e um sentimento de pertencimento a um lugar ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos¹¹.

A integralização destes pode ser percebida nas comunidades cuja territorialização expressa a criação de vínculos espaciais próprios. Tribos sedentárias, impérios ou estados-nações constituem variações na forma da *comunidade territorial*. Ela não é estática, é produto de seu tempo e nela própria são construídas as passagens para novas formas. Assim por exemplo, hoje se sucede uma transição que abala a comunidade estatal-nacional, e isto tem ocorrido não somente pela ampliação de nossos vínculos em dimensão global, mas também pelo âmbito da localidade.

A substituição de uma forma da comunidade territorial por outra tem ocorrido sempre que se denota o esgotamento desses vínculos anteriores. Poder e território constituem situações de mútua existência: o primeiro dá condições de existência ao segundo¹². O surgimento da Comunidade Estatal-nacional operou-se com a transferência da soberania ao povo. Neste processo, que nasceu pelas necessidades econômicas, construiu-se a idéia de nação moderna, como entidade cultural (de vínculo de pertencimento ao território), de democracia representativa (de organização do poder) e de economia nacional (de valorização do espaço), culminando por fundar-se numa realidade única - a nação territorial moderna¹³.

⁴ Cf. Heidrich, 1998(a), p. 11.

⁵ Sobre o assunto ver Santos, 1986, pp. 25-30.

⁶ Cf. Gore, 1984, p. 227.

⁷ Ver esta discussão em Souza, 1995, pp. 77-99.

⁸ Milton Santos estabelece esta categoria de formação sócio-espacial a partir da categoria marxista de formação social. Na contribuição acentua-se a particularidade geográfica daquela categoria. Ultimamente, o autor denota preferência por uma expressão mais distante daquela categoria, como as formas geográficas. Elas seriam a configuração territorial das ações resultantes da existência. Ver Santos, 1997, p. 61.

⁹ Ver Lefebvre, 1968 e 1974 e Harvey, 1992.

¹⁰ Cf. Moraes e Costa, 1984.

¹¹ Ver Gore, op. cit., p. 225 e Harvey, op. cit., p. 203.

¹² Cf. Raffestin, op. cit., p. 58.

¹³ Ver Escolar, 1996, pp. 99-101.

O argumento expressado aqui permite formular a hipótese de que do fortalecimento ou enfraquecimentos de tais vínculos depende a invenção de novas relações da sociedade com o espaço. Com este pensamento pretendemos trabalhar a hipótese de que a exclusão social retira as pessoas da integração *apropriação-valorização-imaginação*, assim como alternativas de inclusão produzem, ao largo e juntamente com a integração existente, novos vínculos com o território.

Na escala local, da cidade ou do bairro, os processos atuais resultam na perda da atual coesão comunitária. Nele evidencia-se uma ruptura da solidariedade territorial construída para o mundo moderno. Enquanto a política local interessa às elites como uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares interessa a consolidação de um espaço de garantia do emprego e da qualidade de vida. A solidariedade existente em função da convivência dos grupos no mesmo território passa a ser relativizada pelo uso de novas tecnologias e pela fragmentação do espaço. O consumo, a habitação, o lazer, entre outras práticas cotidianas, consolidaram-se como maneiras completamente segmentadas de realização, não apenas localmente segregadas, mas como uma diacronia local-global. De um lado os lugares tornam-se pontos articulados em âmbito global e, de outro, a solidariedade territorial-local é cada vez mais seletiva¹⁴.

Vivenciamos a situação em que parte da sociedade apresenta fortes vínculos territoriais na escala global, e que do território local apenas necessitam da sua adequação ao global, enquanto em pólo oposto apresenta-se a situação de exclusão, da expulsão da pessoa de sua condição territorial, da ruptura de seus vínculos com o território. Isto se traduz pelo desemprego, pela impossibilidade de obtenção do lugar de moradia e pelo distanciamento da cultura, da perda de identidade com o lugar.

A fim de refletir sobre o problema, apresentamos a seguir quatro casos, um de exclusão e outros em posições distintas de construção de vida econômica e cultural.

SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO E VÍNCULOS TERRITORIAIS (ALGUNS EXEMPLOS):

Situações limites de pobreza:

As situações de pobreza, de exclusão e de informalidade constituem produtos da globalização, da vinculação da vida ao mercado em sua forma plena e extrema. Produzem um não-território pela degradação dos vínculos. Até chegar a ele, dá-se por formas que o aproximam, como a segregação, a rejeição, o não-direito, em fim pela ausência das condições de garantia da vida, da existência. As situações descritas a seguir referem-se a casos encontrados em Porto Alegre, uma metrópole do Sul do Brasil.

A pobreza, embora em espectro amplo, como extrema exclusão, nas situações mais agudas pode ser caracterizada pela falta do lugar da moradia, pela falta de condições sanitárias e a inexistência de relações formais de reprodução social. As condições de vida em geral são ou beiram uma subumanidade. Os vínculos de apropriação do espaço em geral caracterizam-se pela ocupação de lugares públicos do meio urbano, como viadutos, pontes, estações, marquises ou soleiras de edificações. De outro modo, sub-moradias construídas em áreas verdes ou qualquer brecha de espaço, como entre rodovias são comuns.

Embora seja objeto de ação social pública, freqüentemente surgem novos grupos sem alternativa de moradia. Agem como produtores de lugares efêmeros. Suas ações não perpetuam. Pela condição que se encontram, agem com intenção limitada de tentativas de reprodução da sua vida. Coleta de esmola e alimento parece ser um cenário comum do meio urbano metropolitano. Por estarem presos a reprodução limitada da vida, também limitada pode ser vista a sua participação no âmbito da integração. Pertencem à rua como a um espaço geral que quase nunca é duradouro. Por isso, também estão limitados na criação de valor, na geração de alguma utilidade. Talvez este seja um dos modos mais eficientes de se produzir exclusão social e territorial: gerar a impossibilidade da relação de transformar, sob qualquer condição.

Há situações um pouco variantes, como por exemplo, coletores de lixo. Destes há pelo menos dois tipos: os coletores de alimento e aqueles que elaboram alguma separação para comércio. Os últimos, pode-se interpretar, produzem valor. Constroem espaços de habitação em condições precárias, pois, com freqüência ocupam áreas próximas a áreas geradoras de lixo. Neste caso, já pertencem a um lugar, posto que criam um território. Estão sujeitos a um mercado que se desenvolve e estabelece preços em forma de monopólio aos materiais coletados. Possuem, portanto, vínculos com o mercado.

Deve-se apontar que o modo geral de fazerem parte da integração *economia-política-cultura* dá-se por sua localização no interior de um território estatal e, por reterem a compreensão cultural a ele referente.

¹⁴ Cf. Heidrich, 1998(b), pp. 15-17.

Situações de assentamentos urbanos e economia popular:

Associações locais e a economia popular vêm demonstrando a possibilidade de existência da vida, através de movimentos que podem ser caracterizados de inclusão. Neste âmbito tem sido especialmente a combinação entre um lugar para morar, uma atividade econômica alternativa (alternativa porque surge a partir das possibilidades do capital humano em associação com oportunidades locais, seja devido à existência de algum recurso ou pela união de habilidades, etc.), e uma atuação em solidariedade o que tem permitido a existência da atividade. O caso apresentado a seguir refere-se a um assentamento urbano de população retirada de uma área de risco, em que parte da comunidade dedica-se à atividade de reciclagem do *lixo seco* coletado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

Esta população residia à beira do lago Guaíba, na cidade de Porto Alegre, em favelas sem saneamento urbano. No local, junto às moradias havia criação de pequenos animais, como porcos e galinhas, algumas hortas, além de muito lixo. Este se originava da coleta e separação realizada no próprio local, pois a maioria dos moradores trabalhava com coleta de lixo da zona mais central da cidade, transportada com carrinhos de tração humana. Na própria favela havia um depósito, para o qual os coletores vendiam sua produção, constituída predominantemente de papelão.

No âmbito da apropriação os moradores tem tido a condição de fixação em um loteamento urbano implantado pelo setor público municipal. Esta nova condição trouxe melhorias sanitárias e habitacionais, além de incluir junto aos assentamentos escolas municipais de nível fundamental. O deslocamento da população, entretanto, não foi acompanhado completamente pela criação de alternativas de trabalho.

Limitadamente, cerca de sessenta pessoas trabalham numa Unidade de Reciclagem de Lixo Seco, implantada pela prefeitura. A unidade constitui-se de um estabelecimento que consta com depósito, boxes de separação de papel, metais, vidro, plásticos, etc. e compactadoras. A atividade realizada na separação do lixo rende cerca de dois salários mínimos por associado (algo próximo de 130 dólares). Trata-se de uma alternativa econômica que apresenta as características de autogestão: a organização apresenta a estrutura de uma cooperativa de trabalhadores. Há na cidade outras associações deste tipo e já se constitui no Rio Grande do Sul (o Estado mais meridional no Brasil) uma Federação que congrega cerca de trinta associações.

Parte dos atuais membros da associação já atuavam nesta atividade na antiga Vila Cai-cai. Lá, obtinham uma renda um pouco menor, pagamento obtido pela entrega da produção para um depósito intermediador. Atualmente o grupo ainda comercializa com intermediários, principalmente para a comercialização de garrafas *pet*, pois lhes faltam ainda melhor estrutura organizativa, assim como equipamentos como telefone. Atualmente não têm podido admitir mais associados na organização, o que lhes dividiria a renda. Mas há na comunidade local muito desemprego. Isto proporciona sempre a atuação de um agenciador que remunera precariamente as pessoas que buscam de forma isolada uma atuação como coletores e separadores de lixo. Nesse sentido, deve-se observar que se a atuação isolada no mercado implica a ocorrência de mecanismos redutores da renda, a organização econômica popular apresenta-se como uma alternativa a isto, mas apresenta-se limitada em termos de demanda. Esta permite que a agregação de valor proporcionada pela atividade, seja mais bem auferida como ganho aos seus operadores, em vez de ser capturada por um depósito intermediário.

O grupo manifesta uma identidade com o passado. Guardam uma memória geográfica significativa sobre a Vila Cai-cai. Têm muitas lembranças boas da vida e do lugar que habitavam anteriormente. A vila Cai-cai foi um espaço transformado pelo grupo. Em seus relatos apontam a construção de uma vida solidária. Fazem referência à arborização existente – o local é atualmente uma área verde urbanizada – que foi plantada pelos antigos moradores. Lembram que praticavam o cultivo de hortaliças, o que se torna impeditivo atualmente, devido ao local que residem ser constituído de pequenos lotes individuais. As relações identitárias embora sejam significativas entre os membros da associação, não estão desenvolvidas como comunidade de bairro, pois compartilham-no com grupos vindos de outras áreas da cidade. Os seguintes extratos de relato espelham bem esta situação.

“Eu me acostumei aqui. Eu aprendi muito a me acostumar aqui. (...) Lá [na Cai-Cai] era bom pra mim. Eu me sentia bem lá. Mas eles se sentem melhor aqui. Aqui eles tem espaço pra brincá. Aqui eles tem colégio. (...) Eu tenho adoração por aquilo lá. Eu acho que era o costume (...) Sempre trabalhando com lixo. Não da forma como eu trabalho hoje. A gente aproveitava só o que os atravessador lá compravam. Por isso que hoje melhorou bastante a renda aqui. Eu puxava carrinho. Era muita disputa. Tinha que saí 5 horas da manhã e disputá o material que eles botavam na rua... Além de disputá com o caminhão da Coleta Seletiva, que já existia na época... tinha que disputá com meus próprio vizinho. O carrineiro recolhe de dia prá comê de noite. Eles são bem mais explorado do que nós ainda. Por que eles vendem pra atravessadores que pagam bem menos¹⁵.”

¹⁵ Depoimento de Siloir, liderança da associação.

Situações de acampamento e assentamento rural:

As duas situações consideradas aqui se relacionam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas ações pela realização de Reforma Agrária. Este movimento, desde seu início (meados dos anos 80) tem realizado ações de ocupação de terras públicas e privadas, de modo a pressionar pela realização de Reforma Agrária. Nesse processo tem sido marcante a realização de acampamentos, nos quais famílias de agricultores permanecem por longo período até a conquista da terra. Em geral tem sido aproximadamente de três anos o período de mobilização em acampamentos e manifestações públicas, até a obtenção do assentamento. Nos assentamentos, que tem variado as formas de organização interna, encontram-se várias situações de estruturas cooperativas. Algumas delas definem-se como auto-gestionárias e coletivas.

Pelo modo de apropriação do espaço, pela criação de duas formas espaciais - o acampamento e o assentamento rural - vê-se no MST sinais de ruptura com o domínio burguês. Este, em parte privado e em parte público, transformou o segundo em acessório do primeiro. As rupturas se percebem pela organização coletiva do acampamento e de muitos assentamentos. A relação com o espaço, o vínculo de posse, estabelece de início condições distintas de relação entre os indivíduos e propicia que a participação na sociedade ocorra mediada pelo interesse de um coletivo.

Através da criação do fato territorial - do acampamento - o MST recria sob uma forma autônoma de condução da vida¹⁶, dois de nossos vínculos com o espaço. O vínculo de apropriação diverge da solução apresentada pelo mercado e o vínculo de valorização é perpassado pela organização coletiva. O sentimento de pertencimento e a consciência territorial passam ser ressignificados a partir da intercessão entre territorialidade local e as escalas mais abrangentes. Nestas considerações, elabora-se uma ligação menos abstrata do sujeito com o mundo, permeada pela situação singular e particular.

Um acampamento do MST caracteriza-se por um conjunto de barracos que servem de moradia. O aspecto geral de cada barraco assemelha-se a uma casa simples, com cômodos para dormir, cozinhar e estar. Em geral, se o tempo é bom, as pessoas não permanecem em seu interior na maior parte do dia.

Há várias ocupações distribuídas entre os acampados. Os seguintes setores são os principais, organizados num acampamento: escola, comunicação, alimentação, higiene, religião e segurança. O acampamento, especialmente quando muito grande também é dividido por núcleos organizados por identidade, geralmente em função do local de origem dos acampados, o que se define por maior aproximação cultural. De cada núcleo, devem ser indicados participantes para os setores. Ainda, de cada setor e de cada núcleo são indicados representantes para a coordenação geral do acampamento. Como rotina, diariamente há reuniões regulares em núcleos, setores e coordenação geral.

Esta estrutura tende a se repetir nos assentamentos rurais quando a terra é conquistada. Agregam-se a ela várias funções organizativas ligadas às atividades rurais, como setor de produção (de grãos), de horta, dos animais, etc. Na fase de implantação de um assentamento, geralmente definem-se também atividades ligadas a implantação de infra-estrutura e construção de moradias.

O MST organiza-se como uma rede. Possui coordenação regional e nacional. Dos assentamentos liberam-se contribuições para a manutenção da organização.

Várias cooperativas do MST atuam no beneficiamento e comercialização da produção. Também tem sido crescente a opção por uma produção orgânica. Revelam, desta maneira fortes vínculos territoriais e com a integração social geral. É o que se pode depreender da fala que segue.

“Se nos conseguisse a formá vários cooperativismo, varias associações, dava uma demonstração de organização. (...) Se ele não acha um meio pra se organiza ele vai à falência. E como uma esperança (...) que se nós não consegui muda a situação do país nosso, mas que nos plante uma semente pra que nossos filho sigam tentando pra vê se muda. (...) Se meu o pai, minha familia, meus avós, tivesse começado a lutar por uma melhoria do nosso país, (...) hoje nós já taria bem mais adiantado, bem mais organizado... Porque nós tamo ficando com o país sucateado (...) A esperança é de mudança (...) se não alcançá pelo menos fica a semente. (...) Se tu entrá numa favela ou mesmo na área rural... tu vê a fome que passa. E nós tem terra pra produzi. Principalmente a área rural não podia passa isso. Passa porque tá excluído da sociedade.”¹⁷

Situações de agricultura ecológica:

¹⁶ Cf. Heller, op. Cit., p. 40.

¹⁷ Depoimento de Alcides, agricultor do assentamento 31 de Maio, município de Charqueadas, interior do Rio Grande do Sul.

As comunidades de agricultores ecologistas têm, por seu turno, um forte vínculo de consciência territorial, de compreensão de sua existência ligada à natureza e ao sentido da vida. Apresentam por sua vez, rupturas com a territorialidade moderna pela ressignificação de sua produção agrícola, de ser orientada por um valor ético-ecológico-comunitário e não absolutamente mercantil.

A agricultura orgânica ou ecológica é produzida por pequenos produtores, que estruturam sua atividade baseada fundamentalmente no uso intensivo de mão-de-obra. Em geral, muitos deles já utilizaram intensivamente adubação química e agrotóxicos. Tanto por razões de intoxicação como pela elevação dos custos de produção têm optado pela mudança.

Esses pequenos produtores organizam-se associações locais, têm apoio técnico de organizações voltadas para a promoção da agricultura e a sua comercialização. Além da produção local, uma outra atividade importante destas associações consiste na organização de feiras, que além terem a comercialização por objetivo, também o de divulgação do consumo de produtos orgânicos, da prática ecológica e da crítica ao modo de vida tradicional. De fato, a prática parece implicar na constituição de um modo de vida distinto.

“O que existe aqui (...) foi por resistência nossa (...) a gente foi conquistando devagar (...)”. O nosso relacionamento com o consumidor é muito importante. (...) Claro que tu não vive sem dinheiro. Um dos objetivo é fazê dinheiro pra tu te mantê, né? Mas tu tem que vê (...) Trabalhando com organico... nós não tá prejudicando a terra. E a consciencia de tu trabalha em grupo (...) Porque na sociedade que nós temo hoje (...) ela tá se afunilando que se fica sozinho (...) Se tu não te juntá com alguém tu tá ferrado. (...) ela só se tornas viável na medida em que a gente faz um grupo”¹⁸.

“Eu mesmo trabalhava com veneno (...) Tinha até uma bomba motorizada que eu (...) botava veneno nos bananal (...) Eu mesmo era traficador daquilo (...) Tava usando aqueles veneno. Não tanto na minha roça, nas minhas terra, como na dos outro (...) eu tinha uma bomba (...) Vê a situação que o cara andava (...) Ninguém contrariava a gente (...) Nem sabia que era tão perigoso como é. Prá dize (...) ‘foi só por causa dos veneno?’ Uma parte sim. Só por causo da questão financeira? Não, por que igual a gente tava vendendo”¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a sociedade e o espaço pode ser vista através do grau de participação dos grupos sociais nas integrações das quais participam. Assim como a própria sociedade, o seu território constitui expressão desta integração. Como vimos, a exclusão social deve ser considerada um movimento, um processo no qual a relação que se elabora com a sociedade e com o espaço, pode ser vista em momentos capazes de estabelecer vínculos de pertencimento a eles. As relações dos grupos com estas integrações dão-se, como demonstramos acima, a partir de ações ligadas a sobrevivência, a reprodução social, a apropriação de espaço nesta realização e a consciência destas ações e vínculos.

Das situações analisadas deve-se dizer que os vínculos territoriais são bastante frágeis na situação de exclusão, como obviamente seria de se esperar. A relação com o espaço como apropriação apresenta uma condição bastante efêmera, as práticas de valorização são bastante limitadas. Não se apresenta, também, de modo significativa a consciência da inserção a uma condição participante na sociedade. Por outro lado, a situação de economia popular pode ser vista com vínculos em construção, apresentando-se, entretanto uma espécie de diacronia entre os mesmos. As outras duas situações, por sua vez, caracterizam-se como de vínculos significativamente desenvolvidos e articulados.

Para a construção de um processo de inclusão não basta estar no espaço e ter relações com o mercado, posto que “ambos, através do trabalho de todos, contribuem para a construção de uma contrafinalidade de todos e (...) os define”.²⁰ A inclusão se viabiliza pelo fortalecimento de vínculos territoriais e, de modo mais eficiente, garante a sua permanência por uma articulação em rede, pela qual se estabelecem vínculos de solidariedade com instituições e lugares²¹.

Colocado desta forma, por *vínculos territoriais* devemos entender as formas ou expressões da vida em condição territorial. Também significa conceber que a ocorrência de um determinado vínculo sem seus correspondentes não asseguraria uma existência territorial de modo integral. Assim, por uma inclusão territorial deve-se entender por ações de apropriação, transformação e consciência do espaço. Constitui

¹⁸ Depoimento de Volnir, agricultor da Associação de Agricultura Ecológica da Região de Torres (ACERT), do município de Morrinhos do Sul (Nordeste do RS).

¹⁹ Depoimento de Marcos também agricultor da ACERT.

²⁰ Cf. Santos, 1987, p. 60.

²¹ Cf. Santos, 1997, p. 215.

um caminho de construção da desalienação²², de participação consciente na integração política-economia-cultura, de condução da vida. O sujeito social se completa nessas dimensões. Nelas, tem a sua existência circunscrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: livraria Almedina, 1980.
- GORE, Charles. *Regions in question. Space, development theory and regional policy*. London, New York: Methuen, 1984.
- HEIDRICH, Álvaro L. "Fundamentos da formação do território moderno". In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre: AGB, n.º. 23, 1998(a), pp. 9-22.
- . "Tendências e mudanças recentes na organização do espaço em face dos processos de reestruturação econômica global e reforma do Estado", In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. N.º. 24, 1998(b), pp. 9-18.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1981.
- . *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MORAES, Antonio C. R. & COTA, Wanderley M. Da. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Carlos. "O conceito de extenso", In: SOUZA, M. Adélia de & SANTOS, Milton (orgs.) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- . *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. C., CORREA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad. Ezbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

²² Ver a discussão deste assunto em Frémont, 1980, pp. 235-239 e Milton Santos, 1987, pp. 51-56.